

# EXPANSÃO DA CADEIA DA SOJA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL: OS CASOS DE RORAIMA E AMAPÁ

*Soya chain expansion in the north amazon: the cases of Roraima and Amapá*

**Maria do Socorro Bezerra de Lima\***

**\*Universidade Federal Fluminense - UFF / Niterói, Rio de Janeiro**

sblima22@gmail.com

## RESUMO

A expansão do cultivo da soja em direção à Amazônia alcançou destaque na última década. Estimulada pela demanda internacional do mercado, esta cultura tornou-se um elemento-chave na estratégia brasileira de geração de *superávit*, bem como das estratégias de localização das corporações agroalimentares dada à importância da produção de soja no Brasil e no Cone Sul. A expansão do cultivo na Amazônia gerou um novo desenho com a criação de novos espaços produtivos, com a criação de novas rotas de logística e de transporte. Nesse novo desenho, esta dinâmica alterou o arranjo territorial e produtivo da economia regional imprimindo uma nova lógica na gestão do território, conduzida em parte pelas grandes corporações. Este artigo visa contribuir com a discussão sobre as dinâmicas e os processos de expansão do cultivo da soja nas denominadas “últimas fronteiras agrícolas” do país. O estudo considera como casos empíricos a expansão da soja nos estados de Roraima e Amapá, localizados na Amazônia setentrional brasileira. A pesquisa de caráter qualitativo consiste no mapeamento dos atores sociais e suas redes de políticas. Também se empregam dados da pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para os municípios selecionados no período de 2010-2016. Os resultados evidenciam que a dinâmica de expansão da fronteira agrícola setentrional é mobilizada tanto pelo corredor logístico do Arco Norte (Eixos Central e Oeste) como pelas estratégias espaciais das grandes corporações do setor agroalimentar e de grupos a ela vinculados. Os cultivos se expandem sob trechos do centro-norte roraimense e sul amapaense, sobretudo nas áreas dos lavrados/cerrados, mas as áreas de florestas também vêm sendo utilizadas. Esse cenário resulta numa maior reestruturação produtiva e seletiva desses territórios, acompanhada de uma geração de renda cada vez mais concentrada, o que, não raro, origina passivos sociais e ambientais crescentes.

**Palavras-chaves:** Seletividade espacial. Soja. Fronteira. Amazônia Setentrional.

## ABSTRACT

The expansion of soybean cultivation towards the Amazon is not only a reality as it has achieved prominence in the last decade. Encouraged by international market demand, this culture has become a key element in the Brazilian surplus generation strategy, as well as the localization strategies of agri-food corporations given the importance of soybean production in Brazil and in the Southern Cone. The expansion of cultivation in the Amazon has generated a new design with the creation of new productive spaces, with the creation of new logistics and transport routes. In this new design, this dynamic has altered the territorial and productive arrangement of the regional economy printing a new logic in the management of the territory led in part by large corporations. This article aims to contribute to the discussion about the dynamics and the processes of expansion of soybean cultivation in the so - called "last agricultural frontiers" of the country. The study considers as empirical cases the soybean expansion in the states of Roraima and Amapá located in the Brazilian northern Amazon. The qualitative research consists of the mapping of social actors and their networks of polity. Data from the Municipal Agricultural Production (PAM) survey of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) are also used for the municipalities selected in the period 2010-2016. The results show that the dynamics of expansion of the northern agricultural frontier are mobilized both by the logistic corridor of the Northern Arc (Central and West Axes) and the spatial strategies of the large agribusiness corporations and related groups. The crops expand under stretches of north-central Roraima and southern Amapá, especially in the *lavrado/cerrado* areas, but forest areas are also being used. This scenario results in a greater productive and selective restructuring of these territories, accompanied by an income generation that is increasingly concentrated, which often leads to increasing social and environmental liabilities.

**Keywords:** Spatial selectivity. Soybean. Frontier. Northern Amazon.

## 1. INTRODUÇÃO

A expansão da fronteira setentrional da Amazônia brasileira se intensificou nas últimas décadas capitaneado por incentivos fiscais, crédito rural e financiamentos públicos, atraindo empresas processadoras e produtores rurais capitalizados para a região, tornando-a estratégica na produção de *commodities*, em especial, madeireiras, minerais e agrícolas. O desenvolvimento dessas atividades assegura a hegemonia do mercado e a criação de rotas transnacionais de exportação da soja na região, de modo a atender aos interesses e demandas dos novos padrões de acumulação do capital global.

Desde os anos de 1990, a expansão da fronteira setentrional baseada no cultivo de grãos (soja, milho e arroz) já se desenhava, intensificando-se a partir dos anos 2000 com o “boom da soja” no mercado mundial, mobilizada pelo crescimento econômico de países como China e Índia. Essa nova fronteira articula-se diretamente com a demanda e o interesse do mercado internacional e das grandes corporações agroalimentares pela expansão do cultivo da soja.

A aliança entre esses grupos corporativos transnacionais, o Estado e os setores agrícolas nacionais, permitiu a implantação de uma agricultura especializada e altamente modernizada, vinculada às cadeias de suprimentos globais (*supply chain*) em áreas selecionadas da fronteira setentrional. A fronteira setentrional, apresentada como “a última fronteira agrícola”, se constitui a partir de um conjunto de transformações decorrentes do uso do território, promovido pela dinâmica de acumulação de capital por diferentes atores hegemônicos que combinam distintas práticas espaciais e arranjos territoriais.

Este artigo procura compreender a dinâmica de expansão da soja e as práticas espaciais que dinamizam a fronteira setentrional, tomando como casos ilustrativos os estados de Roraima e Amapá. A metodologia adotada compreende pesquisa qualitativa (RICHARDSON, 2012), pesquisa de campo, que foi realizada em duas oportunidades - uma no ano de 2017 e outra no ano de 2018 - quando foram feitas a pesquisa documental, e o levantamento bibliográfico e estatístico.

O artigo é motivado pelo fato de, embora a temática do uso corporativo do território por grupos econômicos nacionais e estrangeiros do setor do agronegócio não seja uma novidade na literatura e nas discussões acadêmicas, a atuação desses, bem como suas práticas espaciais no extremo norte brasileiro, ainda é bastante desconhecida, assim como o são as dinâmicas e os processos econômicos em curso nessa porção longínqua do território nacional. Do ponto de vista produtivo, a expansão da soja na região amazônica depende da identificação de áreas adequadas e de instrumentos técnico-científicos específicos para o seu estabelecimento, requerendo certa observância a um conjunto de critérios quando da escolha dos grupos econômicos. A seletividade espacial que orienta a escolha e o uso do território busca o aumento da competitividade em termos de acumulação capitalista viabilizada pela divisão internacional através da subordinação da força de trabalho e da exploração dos recursos, ou seja, a seletividade espacial está em última instância orientada pelos princípios neoliberais e pelas relações de poder que regem os mercados de *commodity* agrícolas internacionais.

## 2. SELETIVIDADE ESPACIAL E A INSERÇÃO DA *FRONTEIRA* SETENTRIONAL AOS CIRCUITOS PRODUTIVOS DA CADEIA DA SOJA

Por fronteira setentrional entende-se a composição territorial que leva em consideração as áreas recém-incorporadas aos circuitos de produção e aos fluxos de comercialização da cadeia da soja localizada no extremo norte da Amazônia brasileira, a saber, em áreas selecionadas dos estados de Roraima e Amapá.

O desenvolvimento de atividades econômicas, tais como o de *commodities* agrícolas (soja, milho, algodão) e de suas *supply chain*, interfere diretamente na organização e na dinâmica territorial de uma região na medida em que são ao mesmo tempo consumidoras/produtoras de espaço e agentes econômicos gestores do território. Todos os processos de ordenamento territorial e arranjos espaciais

estão intrinsicamente relacionados às práticas espaciais conduzidas por diferentes atores sociais. Neste artigo daremos atenção especial ao papel desempenhado pelas grandes corporações agroalimentares e pelos grupos a elas vinculados, bem como ao papel do Estado na dinâmica de expansão do cultivo da soja na fronteira setentrional brasileira.

Do ponto de vista do uso corporativo do território, a expansão da produção da soja para novas áreas implica na definição de um conjunto de critérios de escolha, ou seja, de uma seletividade espacial que busca o aumento da competitividade. Os incentivos ofertados pelo Estado em estreita cooperação com as grandes corporações agroalimentares fazem parte do conjunto de variáveis que pautam os destinos dos investimentos, tanto em termos de produção como em termos de circulação dessa *commodity*.

A seletividade espacial está relacionada às decisões locacionais oriundas das negociações sobre objetivos, possibilidades do agente social específico e dos interesses e possibilidades de outros agentes sociais (CORRÊA, 1992). Nesses termos, a seletividade espacial pode ser praticada tanto no plano econômico, como no plano social. Milton Santos chama a atenção para a produtividade espacial, para explicar a especialização de lugares, cidades e regiões. A produtividade espacial se refere à diferença quanto à “capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos” (SANTOS, 2006, p. 247), sendo responsável por ampliar a promoção de espaços competitivos.

A seletividade espacial e a produtividade espacial refletem a necessidade dos agentes econômicos (corporações) de ampliarem sua capilaridade e expandirem continuamente seus mercados e suas margens de lucro. O resultado dessa dinâmica capitalista é o aprofundamento e a redefinição da divisão territorial e do trabalho em distintas escalas geográficas. Contudo, as práticas espaciais dos agentes econômicos produzem arranjos seletivos desiguais entre lugares, cidades e regiões (CORRÊA, 1992; SANTOS, 2006) e escalas de processos.

As práticas espaciais - entendidas como ações espacialmente localizadas, empreendidas por agentes sociais concretos, a fim de viabilizar seus projetos específicos (CORRÊA, 2007) – revelam em si a produção de transformações territoriais. O território é, por excelência, o *locus* da ação desses agentes. Assim, os movimentos decorrentes da expansão da fronteira agrícola fazem com que outras regiões/localidades da Amazônia se insiram paulatinamente no circuito internacional de produção, configurando novos arranjos territoriais de produção. Tais arranjos dão visibilidade e materialidade à seletividade espacial e/ou à antecipação espacial<sup>1</sup> dos agentes econômicos (grandes corporações) na escolha por novas áreas produtivas ao mesmo tempo em que modificam os padrões de investimentos aprofundando as desigualdades entre os diversos territórios produtivos.

É nesse cenário que são analisadas as dinâmicas e processos que orientam a expansão da fronteira setentrional, ou seja, procura-se entender como esse conjunto distinto e ao mesmo tempo articulado de processos de acumulação capitalista orienta a implantação de novos espaços produtivos alterando/transformando significativamente a cartografia, o planejamento e as decisões estratégicas dos agentes econômicos, que em última instância promovem a expansão da fronteira agrícola e ao mesmo tempo realizam a gestão do território. A gestão do território diz respeito ao

[...] conjunto de práticas que visa, no plano imediato, a criação e o controle da organização espacial. Trata-se da criação e controle das formas espaciais, suas funções e distribuição espacial, assim como de determinados processos como concentração e dispersão espacial, que conformam a organização do espaço em sua origem e dinâmica. Em última instância a gestão do território constitui poderoso meio que visa, através da organização espacial, viabilizar a existência e reprodução da sociedade (CORRÊA, 1992, p.35).

A corporação ganha centralidade na análise haja vista que, após a Segunda Guerra Mundial ela se tornou o principal agente de organização/reorganização espacial capitalista. Ela reflete a dinâmica de acumulação e reprodução capitalista através de seu controle sob o capital, a tecnologia e

a circulação. Muito embora seu poder de ação não possa ser considerado único sobre os arranjos espaciais, esse poder de atuação não deve ser minimizado frente aos outros agentes (CORRÊA, 1991).

Ante a escala de intervenção de suas atividades e do poder econômico e político que possuem, as grandes corporações estabelecem com o Estado alianças políticas no sentido de viabilizar seu processo de acumulação capitalista. O Estado assume o papel de implantar um conjunto de fixos públicos (rodovias, portos, hidroelétricas, plantações, industriais) que viabilizam a circulação de informações, pessoas e mercadorias (fluxos materiais e imateriais), atendendo às demandas das corporações e dos grupos econômicos a ela vinculados. Esse conjunto de redes e sua conectividade é responsável pelo suporte material, possibilitando a expansão da corporação e a constituição de seu território de atuação. A corporação produz transformações no uso do território através de suas redes territoriais e políticas. Esse domínio, no âmbito da consolidação da fronteira, promove a integração de produtores, partidos políticos, governos e população, ratificando a importância desses lugares na divisão internacional do trabalho (SILVA, 2008).

### **3. DINÂMICA DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA EM RORAIMA E NO AMAPÁ**

Uma vez explicitado o modo como novos territórios produtivos são selecionados e inseridos nos circuitos de produção e circulação global, serão apresentados a dinâmica e os processos constituintes da nova fronteira agrícola localizada na porção setentrional brasileira, formada pelos estados de Roraima e Amapá.

Os estados de Roraima e Amapá, localizados no extremo norte da Amazônia brasileira, são quase invisíveis no cenário nacional, talvez por isso, as dinâmicas em curso nessas áreas fronteiriças sejam pouco conhecidas. Apesar de Roraima e Amapá terem sua ocupação vinculada ao início da colonização portuguesa no Brasil e terem enfrentado conflitos territoriais envolvendo portugueses, franceses, ingleses e holandeses, só muito recentemente esses estados tornaram-se entes federados. Data de 1943 a criação dos dois territórios federais e de 1988 a transformação desses em estados. Ambos possuem baixas densidades demográficas, respectivamente de 2,01 hab/km<sup>2</sup> e 4,69 hab/km<sup>2</sup> (IBGE CIDADES, 2010), com uma extensa área de fronteira internacional. Roraima faz fronteira com a Guiana (1.606 km) e com a Venezuela (2.199 km), e o Amapá faz fronteira com a Guiana Francesa (730 km) e com o Suriname (593 km). Nesses dois estados há uma grande concentração de recursos minerais (manganês, ouro, nióbio e urânio), o que mobilizou a abertura de garimpos clandestinos em Roraima, sobretudo em áreas de terras indígenas, e a exploração do manganês na Serra do Navio, pela Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI)<sup>2</sup>, no Amapá.

Nesses estados, a abertura de estradas (BR-174, BR- 210 e BR – 156) orientou o novo padrão de ocupação regional e os fluxos migratórios a partir dos anos de 1970, permitindo a incorporação dessas áreas à dinâmica do capitalismo global. Nas décadas de 1980 e 1990 observou-se a ascensão de um importante fluxo migratório para esses estados, predominantemente inter-regionais, caracterizados por uma ocupação esparsa de posseiros que se dirigiam à floresta para a exploração madeireira e aos lavrados para a prática de agricultura e de pecuária de base extensiva, no caso de Roraima. E no Amapá os fluxos migratórios foram basicamente intrarregionais, formados por caboclos, posseiros e trabalhadores ligados à exploração mineral e vegetal.

A expansão da fronteira setentrional não se restringe apenas a um fenômeno econômico e demográfico, sendo também um fenômeno urbano, pois se trata da incorporação de novos espaços ao espaço global. Como salienta Becker (1988, p.73-74), as áreas urbanizadas têm um papel central nesse processo que “se efetua através do núcleo urbano, condição-chave da ordenação do espaço territorial e social” (...). O projeto de ocupação da fronteira amazônica teve como estratégia deliberada a urbanização, considerada como o meio para fomentar o desenvolvimento econômico regional. Inúmeras cidades dessa porção setentrional já nasceram urbanas e com papéis definidos nessa rede urbana que se conformava.

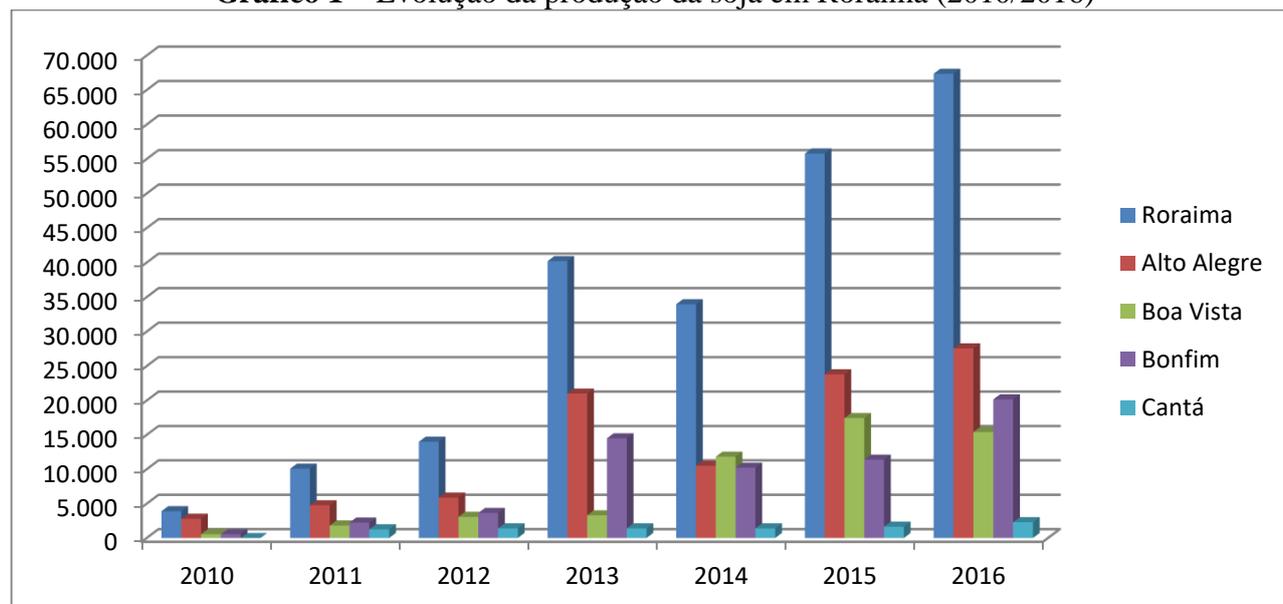
### 3.1. A expansão do cultivo da soja em Roraima

O cultivo da soja em Roraima teve início de forma bastante incipiente e dispersa no final da década de 1990, incentivada pelo Plano de Metas de 1997/1998 do governo do Estado (WEHRMANN, 1999). A produção foi implantada por meio do Polo de Produção de Grãos numa área de cerca de 2,5 milhões de hectares dos lavrados situados na porção centro-norte roraimense. Mesmo com o incentivo governamental, o cultivo declinou a partir de 1995 e praticamente se tornou inexistente no estado. Esse cenário se modificou com o “boom da soja” em meados dos anos de 2000, motivada pelo aumento crescente do consumo de proteína animal no mundo, em particular pela demanda da União Europeia e da China.

O retorno do cultivo da soja nos lavrados roraimenses<sup>3</sup> nessa nova fase guarda algumas peculiaridades se comparado com os anos de 1990. A principal peculiaridade é a introdução do cultivo com padrões altamente mecanizados, tecnificados e produtores experientes e capitalizados que independem do aporte governamental para realizar investimentos produtivos. O período de produção é outro diferencial, isto porque os produtores rurais têm ganhos adicionais, tendo em vista que a safra local ocorre no período da entressafra no restante do país, um aprendizado decorrente dos anos de cultivo anteriores e de pesquisas com sementes adaptadas às condições edafoclimáticas locais.

Essa nova fase da expansão do cultivo da soja incorporou, além dos produtores rurais capitalizados (médios e grandes), os agricultores familiares. Isso aconteceu porque o governo do estado de Roraima, visando ampliar a produção estadual, instituiu o programa Soja Familiar, destinado a agricultores familiares beneficiários da Reforma Agrária. Na primeira fase do Programa, lançado em março de 2015, o governo incentivou a produção do cultivo da soja para cerca de 20 agricultores do Projeto de Assentamento Nova Amazônia, localizado na zona rural de Boa Vista. O resultado foi a incorporação de novas áreas dos lavrados roraimenses, bem como o aumento da produção da soja de modo significativo nas primeiras décadas dos anos 2000. A área plantada cresceu 1.617,00% entre 2010 e 2016 e a produção 1.625,85% no mesmo período. O cultivo se expandiu para as áreas dos municípios de Alto Alegre, Boa Vista, Bonfim e Cantá, como se observa no Gráfico 1, e a tendência é de expansão da produção nos próximos anos com a abertura de novas áreas de cultivo nos municípios de Caracaraí, Mucajaí e Iracema.

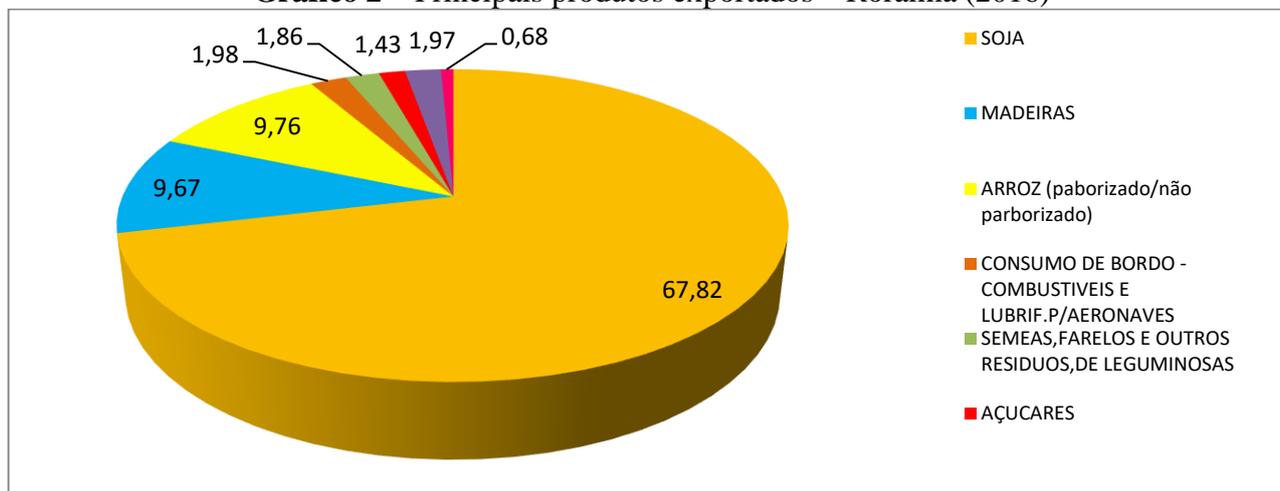
**Gráfico 1** – Evolução da produção da soja em Roraima (2010/2016)



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017.

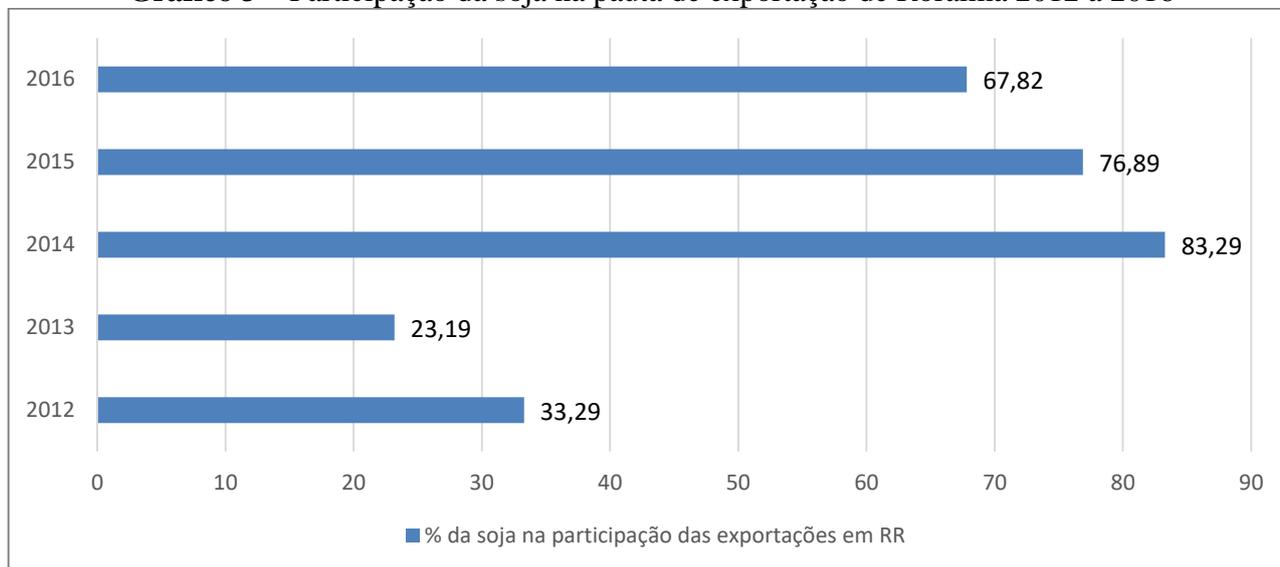
O aumento da produção repercutiu diretamente no volume das exportações dessa *commodity*, tornando-a o principal produto na pauta de exportação do estado (Gráfico 2 e Gráfico 3). Foram exportados entre jan/dez de 2016, o valor de US\$ 10.140.139 (FOB), representando um total de 67,82% das exportações. A exportação da *commodity* é realizada pela Amaggi Exportação e Importação Ltda (COMEX STAT, 2017), uma das principais *trades* do setor e que atua no Corredor do Arco Norte. A produção é escoada de Roraima pela BR-174 (Manaus-Boa Vista) para o Terminal Graneleiro de Itacoatiara (AM) de onde segue para o mercado internacional.

**Gráfico 2 – Principais produtos exportados – Roraima (2016)**



**Fonte:** Elaborado com base nos dados do Comex Stat, MIDC (2017).

**Gráfico 3 – Participação da soja na pauta de exportação de Roraima 2012 a 2016**



**Fonte:** Elaborado com base nos dados do Comex Stat, MIDC (2017)

O Terminal Graneleiro de Itacoatiara (TUP) compõe o Corredor Logístico do Arco Norte. Esse corredor vem sendo operado por grandes corporações agroalimentares no escoamento de grãos da região Centro-Oeste e da Amazônia Legal (Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá). Além do Grupo Maggi, Cargill, Bunge, Cianport, Hidrovias do Brasil, LDC e ADM já dispõem de instalações de TUPs (Terminais de Uso Privado) nesse corredor para transbordo e carga, visando o escoamento da produção de *commodities* para o mercado internacional.

### 3.2. A expansão da fronteira agrícola no Amapá

A produção de soja no Amapá é ainda mais recente. Os primeiros cultivos iniciaram em 2001, em caráter experimental e em apenas 200 ha. Mas, com a entrada de produtores capitalizados e experientes no cultivo de grãos, observou-se uma mudança no cenário. Segundo a PAM/IBGE (2017) de 2013 para 2016 a área cultivada de grãos passou de 4,5 hectares para 15.542 mil hectares (Tabela 1). A produção da soja ocorre nos municípios de Itaubal, Macapá e Tartarugalzinho. No ano de 2016 foram produzidas 42.351 toneladas, um crescimento de 228% para o período analisado, e a tendência é de expansão nas próximas safras, visto que a instalação do Complexo Portuário de Miritituba e a modernização do Porto de Santana (AP) atraíram novas empresas exportadoras, dinamizando o fluxo de escoamento da produção do Centro-Oeste, especialmente devido à redução dos custos e à atratividade que representa para novos investimentos produtivos na região.

**Tabela 1** – Evolução da área plantada e da produção de soja no Amapá (2013/2016)

Principais Municípios Produtores	Área Plantada (ha)				Taxa de Crescimento (%)	Quantidade Produzida (t)				Taxa de Crescimento (%)
	2013	2014	2015	2016	2013/2016	2013	2014	2015	2016	2013/2016
Amapá	4.550	17.220	11.364	15.442	239	12.906	40.792	29.370	42.351	228
Itaubal	1.390	4.000	2.650	3.662	163	3.834	9.517	7.195	10.329	169
Macapá	2.990	12.500	8.200	10.835	262	8.656	29.785	21.628	29.570	242
Tartarugalzinho	170	720	515	945	456	416	1.490	547	2.452	489

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2017.

Um estudo realizado por pesquisadores da Embrapa-AP apontou que os produtores de grãos (15 no total) instalados no Amapá são migrantes de origem sulista: gaúchos (40%), paranaenses (20%), mineiros (13%) e catarinenses (7%). Desses, 47% possuem mais de 30 anos de experiência no cultivo de grãos. Os dados da pesquisa indicam que 53% dos migrantes tiveram como última procedência os estados do Mato Grosso do Sul (33%) e do Mato Grosso (20%), contra apenas 27% oriundos da região norte, esses provenientes dos estados do Pará (20%) e de Roraima (7%) (CASTRO; ALVES, 2014). A pesquisa aponta o desdobramento da expansão da fronteira agrícola do centro-oeste em direção à Amazônia setentrional, e reforça a trajetória de migração dos produtores de origem sulistas para novos *fronts* agrícolas.

Além da localização geográfica privilegiada, o preço da terra para arrendamento e compra no Amapá é um diferencial a mais na expansão e incorporação de novos espaços produtivos na dinâmica da cadeia da soja. Contudo, um estudo realizado pela Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/MAPA), em parceria com a Universidade de Brasília (CASTANHO, 2015), demonstrou que o preço da terra agrícola tem aumentado vertiginosamente no país, particularmente nos estados localizados no Arco Norte, onde as obras de infraestrutura, portuária e logística têm colaborado para a elevação dos preços das terras na região. No Amapá os preços dispararam. As melhores terras podem chegar a custar R\$ 3.000,00/hectare, mas, mesmo assim esse valor ainda é inferior ao de outros estados da região norte (TAQUARI, 2014).

Outro aspecto apontado no estudo da Embrapa-AP é que, dos 15 produtores de grãos que produzem em 17 propriedades, apenas 6% possuem a titularidade da propriedade da terra, contra 65% dos entrevistados que não possuem título definitivo. Essa situação impossibilita o acesso aos programas de créditos, restringindo a capitalização dos produtores rurais (CASTRO; ALVES, 2014). A aquisição de terras para o cultivo de grãos pode estar na origem da especulação fundiária recente e no agravamento dos conflitos fundiários na região.

Lomba e Silva (2014), estudando a origem dos conflitos pela terra no Amapá, demonstraram que entre 2007 e 2011 os conflitos por terra aumentaram, envolvendo empresas mineradoras e áreas de projetos de expansão do cultivo de grãos às margens da BR-156.

O Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), divulgado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), também aponta para o aumento no número de conflitos pela terra no Amapá. Segundo a CPT, as áreas do cerrado e até mesmo as áreas de conservação ambiental são objeto de interesse do agronegócio da soja e têm colaborado para o aumento dos conflitos locais. Ainda segundo a CPT, foram mapeados, em 2017, 81 conflitos pela terra, envolvendo 483 famílias em todo o estado. Os municípios de Tartarugalzinho e Macapá, notadamente as áreas de expansão do cultivo de grãos, figuram no *ranking* dos municípios da Amazônia Legal que apresentam o maior número de conflitos e de famílias envolvidas. Foram ao todo 17 conflitos por terra, envolvendo 223 famílias em Tartarugalzinho (3<sup>o</sup>), e 15 conflitos envolvendo 1.118 famílias em Macapá (4<sup>o</sup>).

#### **4. A FORMAÇÃO DO NOVO CORREDOR DE EXPORTAÇÃO DE SOJA COM SAÍDA PELO NORTE**

A localização geográfica privilegiada do Amapá em relação ao mercado de consumo interno e externo, mercado de terras atrativo e agricultura altamente tecnificada, colocaram o estado na rota dos novos fluxos comerciais das *commodities* agrícolas. Com isso, grandes corporações agroalimentares e empresas de transporte e logística têm aportado investimentos volumosos no estado.

Um exemplo ilustrativo é a instalação da Companhia Norte de Navegação e Portos S.A. (Cianport) com sede em Macapá (AP) e filial no município de Itaituba (PA). A Cianport é uma *joint venture* criada exclusivamente com a finalidade de armazenagem e transporte de grãos. Criada em 2011, é formada pela Agro Soja Comércio e Exportação de Cereais Ltda (68%), com sede em Sorriso (MT), e pela Fiagril Participações S.A. (32%), com sede em Lucas do Rio Verde (MT). A empresa recebeu aporte de recursos públicos para a construção de um Terminal de Uso Privado (TUP) no município de Santana (AP), onde está localizado o Porto. O aporte de recursos foi da ordem de R\$ 250 milhões. Segundo nota à imprensa, deste montante, R\$ 220 milhões foram destinados à instalação do Porto e 30 milhões para a construção de estrutura de silos (PETROLI, 2014). Esses empreendimentos foram financiados por um período de 20 anos, através do Fundo da Marinha Mercante (juros entre 7,5% aa para peças nacionais e 8,5% aa para importadas), do Finame (6%/aa) e do BNDES (8,5%/aa) (PETROLI, 2014). O montante aprovado pelo BNDES para a Cianport foi de R\$ 75,9 milhões. Os recursos foram para a construção de embarcações destinadas à nova rota de escoamento de grãos (BNDES, 2012).

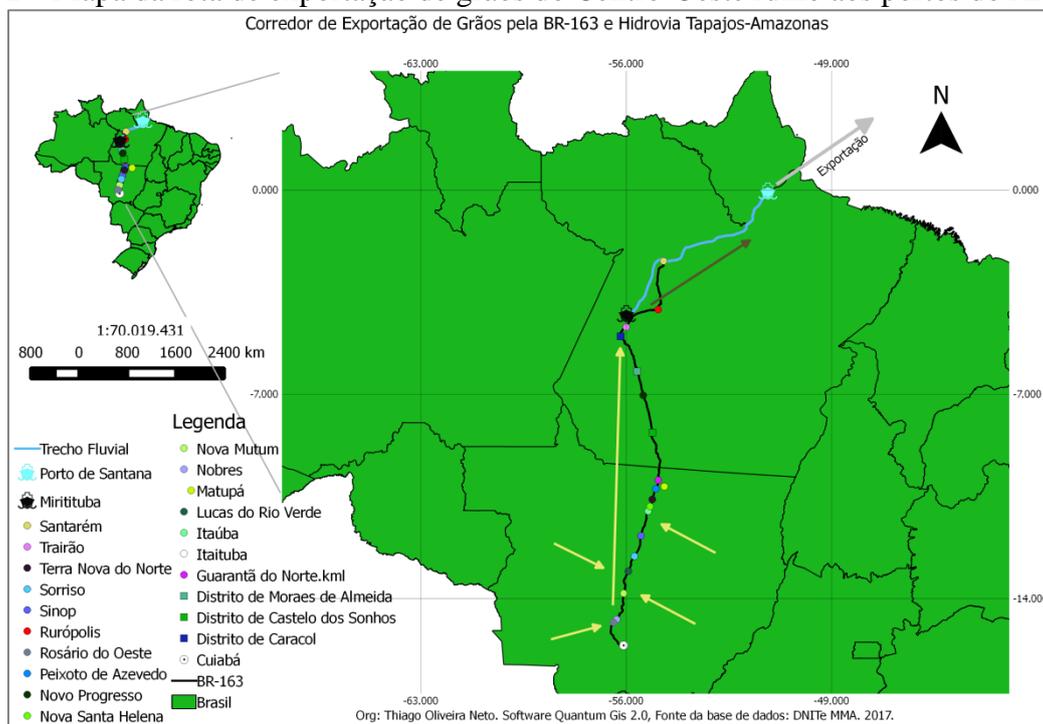
Em agosto de 2014 foi assinado o contrato de adesão - entre o Ministério da Agricultura, a Secretária de Portos (SEP) e a Companhia Norte de Navegação e Portos - para a concessão de uso por 25 anos dos terminais de Miritituba (PA) e de Santana (AP) (PETROLI, 2014). Além do Terminal de Uso Privado, a Cianport investiu na compra de barcaças e empurradores e na instalação de uma planta de processamento de soja. Segundo informações institucionais, os produtos previstos para movimentação em cargas e transbordo a granel serão: soja, milho e farelos; e em contêineres: algodão, feijão caupi, açúcar, proteínas animais e manufaturados oriundos do Polo Industrial de Manaus.

Essa iniciativa está na base de formação do Complexo Portuário de Miritituba x Barcarena. O Complexo Portuário da Cianport compreende a Estação de Transbordo, localizada em Miritituba (PA), às margens do Rio Tapajós, e o Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron), no Porto de Vila do Conde, localizado em Barcarena (PA). No Complexo Portuário de Miritituba já estão instaladas as multinacionais Cargill, Bunge e as nacionais Amaggi, Hidrovias do Brasil e Caramuru. A Bunge Brasil investiu cerca de R\$ 700 milhões em infraestrutura portuária e logística, a corporação criou uma *joint venture* com o grupo Maggi, de quem já era parceira na Hidrovia do Madeira, a Unitapajós (Navegações Unidas Tapajós Ltda), para consolidar essa nova rota de exportação. A gigante Louis Dreyfus foi a última das gigantes do setor a se posicionar no corredor do Arco Norte. Suas instalações estão localizadas mais ao norte, na ilha de Marajó (PA).

Distante aproximadamente 15km de Miritituba, há um segundo arranjo espacial se instalando em Santarezinho, distrito de Miritituba. Esse distrito tornou-se rapidamente foco de investimentos das grandes corporações e de grupos nacionais de menor porte como Cianport, Chibatão Navegações, Transporte Bertolini, Ammagi e Cevital e Odebrecht Transporte.

Esses investimentos conformam a ofensiva das corporações agroalimentares e das empresas de logística para dinamização de escoamento de grãos pelo corredor logístico multimodal do Arco Norte (Figura 1). Em 2017, portos públicos e privados movimentaram 1,086 bilhão de toneladas. O corredor do Arco Norte (Porto Velho (RO), Miritituba (PA), Santarém (PA), Itacoatiara (AM), Barcarena (PA) e Itaquí (MA)) movimentou 51,2 milhões de toneladas, um aumento de 80% em relação a 2016. O destaque foi para os granéis sólidos - foram movimentados 695,4 milhões de toneladas - crescimento de 10,3%. Milho e soja se evidenciaram, com crescimento de 71,8% (milho) e 31,5% (soja). (ANTAQ, 2017). Esses dados indicam a importância e a dinamicidade desse corredor nas estratégias de logística e de transporte das corporações agroalimentares.

**Figura 1** – Mapa da rota de exportação de grãos do Centro-Oeste rumo aos portos do Arco Norte



**Fonte:** Elaborado pelo Autor. Org: Thiago O. Neto, 2017.

Como se observa, a despeito da produção da soja no Amapá e em Roraima serem pouco expressivas comparadas com outros estados produtores da Amazônia Legal, não resta dúvida que a inserção produtiva dos estados da fronteira setentrional está alterando a dinâmica econômica regional, transformando tanto sua matriz produtiva como o uso e a gestão do território, atendendo à dinâmica de acumulação capitalista global. Ambos se localizam no mais dinâmico corredor de exportações de *commodities* do Arco Norte, o que lhes confere uma atenção especial por parte das empresas agroalimentares, do setor de transporte e logística e das agroindústrias processadoras, além dos produtores capitalizados.

## 5. OS NOVOS ESPAÇOS PRODUTIVOS DA FRONTEIRA SETENTRIONAL E O PAPEL DAS CORPORações AGROALIMENTARES

A produção internacional de *commodities* agrícolas se insere no âmbito de uma nova dinâmica de acumulação capitalista cuja consequência é a mercantilização agrícola, ou seja, a

dinâmica de produção capitalista em escala global, que transformou o alimento e a agricultura em mercadorias, criando novos padrões de produção e consumo. Do lado do consumo, certos alimentos tornaram-se parte integrante da aferição da cadeia de valor global do capitalismo e, por conseguinte constituíram-se em complexas dietas alimentares dando condições para a reprodução das *commodities*. Destarte, determinadas culturas tornaram-se investimentos fungíveis – caso do milho, soja, óleo de palma, açúcar – e, por conseguinte desconsideram tanto as dietas alimentares locais e como promovem externalidades ambientais (McMICHALE, 2016).

No que tange a produção, a transformação do regime alimentar<sup>4</sup> acompanhou a reestruturação da produção global da agricultura criando especializações produtivas em novos territórios, que se traduzem por diferenças espaciais e novas interações espaciais. As corporações agroalimentares organizam estratégias diversificadas de investimentos produtivos que vão desde a originação e se estendem pela produção, logística, armazenagem, pesquisa e desenvolvimento. Essas estratégias, no âmbito da estruturação corporativa do regime alimentar global, carecem de uma integração ao longo do tempo e do espaço.

Os impactos das corporações (nesse caso, agroalimentares) sobre a organização espacial são múltiplos, afetando as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais. No campo, os impactos afetam a estrutura fundiária, as relações sociais de produção e os sistemas agrícolas (CORRÊA, 1991). Há uma reestruturação produtiva dos territórios em distintas escalas geográficas como forma de atender aos ditames da acumulação capitalista, novos territórios se inserem nesta lógica de produção em escala global.

A criação de um amplo e complexo espaço de fluxos para assegurar às corporações a circulação de uma grande quantidade de matérias-primas, bens intermediários e finais é uma característica importante das corporações, por isso, a construção de unidades produtivas que atendam às diferentes necessidades de produção, armazenamento, distribuição e de pesquisa (RAMIRES, 1991) indica a capilaridade e o poder de gestão do território das corporações agroalimentares à sua reprodução no âmbito do sistema capitalista mundial. A logística ganha importância no contexto atual tanto no redirecionamento dos fluxos materiais como no reordenamento territorial. Para compreendê-la do ponto de vista geográfico, Castillo propõe defini-la como

o conjunto de competências infra estruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.) e estratégicas/operacionais (conhecimento especializado, detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos. Trata-se da versão atual da circulação corporativa (CASTILLO, 2007, p. 37).

Nesses termos, as práticas espaciais (antecipação espacial/seletividade espacial/productividade espacial) adotadas pelos diferentes agentes econômicos (corporações agroalimentares, produtores capitalizados, empresas transportadoras, centros de pesquisa, Estado) na fronteira setentrional da Amazônia brasileira se coadunam viabilizando os fluxos da cadeia agroalimentar global, transformando as relações de produção, os sistemas de cultivo e o uso do território.

A combinação de diferentes práticas espaciais pesou quando da escolha dos novos espaços produtivos por parte dos agentes econômicos. O Quadro 1 sintetiza alguns dos critérios identificados e que influenciaram os agentes econômicos na escolha dos investimentos produtivos na fronteira setentrional. As condições geoambientais e tecnológicas deram suporte à instalação e expansão dos novos territórios produtivos, enquanto as condições econômicas e de infraestrutura complementaram os territórios produtivos viabilizando os fluxos de matérias-primas, serviços e força de trabalho.

**Quadro 1** – Critérios de seletividade espacial utilizados pelas corporações do agroalimentares para expansão da fronteira agrícola na Amazônia Setentrional

Características	Critério
Geoambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- localização privilegiada em relação ao mercado consumidor interno e externo</li> <li>- disponibilidade de terras agricultáveis para integrar o processo produtivo</li> <li>- condições edafoclimáticas favoráveis</li> <li>- disponibilidade hídrica</li> </ul>
Econômicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- terras baratas</li> <li>- disponibilidade de força de trabalho</li> <li>- incentivos governamentais</li> <li>- preços diferenciais na soja produzida regionalmente</li> </ul>
Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- existência de centros de pesquisa (P&amp;D&amp;I)</li> <li>- variedades de cultivares adaptadas e/ou em desenvolvimento</li> <li>- desenvolvimento de técnicas de manejo</li> </ul>
Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> <li>- estrutura para fornecimento de insumos e serviços</li> <li>- instalações portuárias (instaladas e projetadas)</li> <li>- ampla rede de serviços de transporte disponível</li> <li>- estrutura de armazenagem e transbordo</li> </ul>

**Fonte:** Baseado em Camelini (2011) e na pesquisa de campo (2017).

Como argumenta Corrêa (1992), o controle do território é extremamente importante, pois, através dele, a corporação estabelece as condições para a reprodução da região produtora, especialmente quando se trata de um território complexo, com múltiplas atividades, envolvendo diferentes agentes que participam do processo produtivo. No caso de atividades rurais, o controle do território envolve um conjunto de práticas que não se efetivam apenas pontualmente, mas abrangem numerosos estabelecimentos rurais de forma contígua ou dispersa, cada um representando uma unidade jurídica, técnica, econômica e social sobre o qual a corporação atua. Assim, pequenas ou grandes regiões com tendência a especialização produtiva estão subordinadas a este controle.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção de Roraima e Amapá como mais uma fronteira de expansão do agronegócio (soja, milho e algodão), é parte constituinte de um processo mais amplo de acumulação capitalista em escala global. Esse processo tem transformado espaços produtivos regionais - caracterizados pelo extrativismo vegetal e mineral e pela agricultura tradicional - em espaços produtivos especializados, subordinados ao novo regime agroalimentar corporativo, sob o domínio das corporações agroalimentares.

A mercantilização dos alimentos e da agricultura subordinou países e regiões em todo o mundo, estabelecendo neste novo cenário um papel relevante na produção de *commodities* agrícolas para os países latino-americanos. Brasil, México e Argentina, de forma mais contundente, respondem por uma demanda mundial, especialmente para abastecer os mercados da China e da Índia, além do tradicional mercado europeu onde a demanda por proteína animal cresceu nas primeiras décadas do século XXI.

As corporações agroalimentares constituem um número reduzido de empresas de atuação mundial. No Brasil, as multinacionais ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, além das nacionais Amaggi e Caramuru comandam, entre outros setores da cadeia, a produção e o processamento, a indústria de insumos e agroquímicos e a indústria de sementes. A estratégia de construção de infraestrutura logística, de transporte e portuária para o escoamento da produção parece ser o desafio

do momento para esses grupos econômicos, basta observar o movimento crescente de fusões e aquisições no mercado logístico brasileiro, particularmente pelo controle do escoamento da produção pelo Arco Norte.

A fronteira setentrional é o mais recente território de investimentos produtivos das corporações agroalimentares nacionais e estrangeiras. O transporte bimodal formado pelas BRs 163/364 e 174, e as hidrovias Amazonas/Tapajós, marcadamente formam o eixo central do corredor do Arco Norte, sendo por isso, um importante canal de escoamento da produção dos grãos do centro-oeste para os mercados da Europa e da Ásia. O controle territorial da região amazônica estimulou a inserção de Roraima e do Amapá no circuito de acumulação capitalista global, transformando a matriz produtiva regional mediante e consoante à estratégia macroeconômica brasileira de manter as *commodities* agrícolas, minerais e vegetais como geradoras de saldos positivos da balança comercial.

As práticas espaciais e as interações geográficas entre os diferentes agentes econômicos estão redirecionando os investimentos produtivos públicos e privados para infraestrutura e logística, promovendo atrativos financeiros e fiscais que impactam diretamente sobre a estrutura fundiária, sobretudo do campo, tanto na criação de novos espaços produtivos de alta densidade tecnológica e institucional, como no estímulo aos fluxos migratórios e mudanças no perfil demográfico e urbano regional.

Outro componente importante que se destaca na fronteira setentrional é o papel da tecnologia vinculada ao desenvolvimento de novas cultivares adaptadas a baixas latitudes. Nesse contexto, o aporte de pesquisas, bem como o desenvolvimento e transferência de tecnologia ofertada aos produtores de soja pela Embrapa RR e Embrapa AP é fundamental, ou seja, essa fronteira, em particular, também é uma fronteira tecnológica, na medida em que a incursão de novas técnicas emite ganhos de produtividade e aumento de competitividade, mas concomitantemente contribui para o aumento dos custos com a produção, o que a curto prazo estabelece “barreiras de entradas” para agricultores descapitalizados e, a médio e longo prazo, limita o acesso dos agricultores com capital restrito para novos investimentos, ou seja, “a ênfase na racionalidade da atividade científica serviu [serve] para mascarar a racionalidade da acumulação incessante” (WALLERSTEIN, 2001, p.74).

A técnica em si não é suficiente para explicar a expansão da cadeia produtiva da soja na região, outros componentes, além dos já apontados, como as mudanças no mercado de trabalho devem ser considerados, pois em curto prazo impõem exigências em relação à mão de obra para este novo mercado, que requer trabalhadores mais qualificados, normalmente com altos salários e de fora da região, como contribui para a permanência de formas arcaicas de exploração do trabalho, como assevera Bernardes

[...] a técnica em si não permite explicar o fenômeno da expansão das novas cadeias produtivas, pois, para entender essa produção da riqueza é imprescindível relacionar técnica e relações sociais. Assim, a substituição de determinadas atividades por outras mais rentáveis, se assenta no trabalho mal remunerado, temporário e no estabelecimento de novas relações de dependência, podendo a modernidade significar grandes possibilidades como também grande ônus (BERNARDES, 2010, p. 25).

Esta fronteira tecnológica incita uma discussão em torno dos aspectos éticos do uso de produtos transgênicos e sobre os impactos socioambientais do uso contínuo de agrotóxicos e do aumento nas taxas de desmatamento. Tal aspecto deixa a discussão ainda mais complexa por se tratar da Amazônia, região que abriga um complexo ecossistema florestal e aquático representado por sua imensa rede hidrográfica e uma importante sociodiversidade.

As atividades produtivas e as práticas espaciais dinamizam tanto o campo como a cidade. Nesse sentido, é preciso refletir mais sobre as dinâmicas rurais-urbanas, e sobre as transformações pelas quais estão passando as cidades de Boa Vista, Macapá e Itaituba. A migração impõe novos processos exógenos ao lugar, assim como novas atividades tendem a surgir atraídas pela economia

da expansão da soja, alterando sobremaneira a relação campo-cidade. A despeito do evidente fluxo migratório e da presença de escritórios e/ou representações das principais corporações agroalimentares e outras empresas ligadas a ela, não fica claro se essas cidades assumirão a médio prazo uma centralidade regional, a exemplo do que já acontece com Manaus e Belém.

Em face do contexto presente, marcado pela expressiva demanda por *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional, concomitante com a atual conjuntura política e fiscal brasileira de aposta na geração de *superávits* primários, a expansão do cultivo da soja na região amazônica, em particular na fronteira setentrional, deve se intensificar. Tal cenário resultaria numa maior reestruturação produtiva desses territórios de forma seletiva, aumentando as desigualdades regionais, acompanhada de uma geração de renda cada vez mais concentrada, o que, não raro, deve produzir passivos sociais e externalidades ambientais crescentes.

## AGRADECIMENTO

Agradeço as observações críticas e sugestões de Júnior Wesz, Thiago O. Neto, Fernando Monteiro Melo e Isa Rosa Nunes Raulino. Igualmente, agradeço à Divisão de Capacitação e Qualificação (DCQ) da Universidade Federal Fluminense pela licença concedida para a realização do Pós-doc entre 2017 e 2018 e à Universidade Federal do Amazonas, através do Laboratório de Geografia Humana e do professor Dr. Ricardo José Batista Nogueira, que me acolheram durante a realização da pesquisa.

## NOTAS

<sup>1</sup> É uma prática espacial definida pela localização de uma unidade funcional em um determinado lugar antes mesmo que as condições para a sua instalação estejam satisfeitas. É uma reserva territorial para um futuro controle de uma dada organização espacial (CORRÊA, 1992).

<sup>2</sup> O manganês foi explorado pela ICOMI entre os anos de 1957 e 1997. Em 2014, a Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), sucedida pela Tocantins Mineração, informou que retomaria as atividades de exploração mineral no Amapá, paralisadas desde 2007, de acordo com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (MARTINS, 2014).

<sup>3</sup> Segundo Campos et al., (2008, p. 1) “lavrado é o termo local para a região das savanas de Roraima. Trata-se de um ecossistema único, sem correspondente em outra parte do Brasil, com elevada importância para a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos. Esta paisagem faz parte do grande sistema de áreas abertas estabelecido entre o Brasil, a Guiana e a Venezuela, com mais de 60.000 km<sup>2</sup>. O lado brasileiro é quase que totalmente restrito à Roraima, detendo mais de 70% (43.358 km<sup>2</sup>) de todo este complexo (...) Dentro da divisão de biomas e ecorregiões que o Brasil adota, esta grande paisagem é definida como a ecorregião das “Savanas das Guianas”, inserida no Bioma Amazônia”.

<sup>4</sup> Instrumental analítico utilizado por autores como Friedman (1993) e retomado por McMichael (2016) para explicar o processo de mercantilização dos alimentos e da agricultura em escala global. Procura demonstrar como o controle da produção e da distribuição de alimentos em escala global foi determinado por agentes econômicos hegemônicos no processo geral de acumulação capitalista (McMICHAEL, 2016).

## REFERÊNCIAS

PETROLI, Viviane. Governo assina contrato de adesão com Cianport de R\$ 250 milhões. 28 de outubro de 2014. **Olhar Agro & Negócios**. Cuiabá, 28 out 2014. Disponível em: <http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?id=17538&noticia=governo-assina-contrato-de-adesao-com-cianport-de-r-250-milhoes>. Acesso em: 12 mar. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIOS. **Apresentação do Anuário Estatístico – 2017**. 35 slides color, 2017. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/ultimas->

noticias/6766-movimenta%C3%A7%C3%A3o-de-carga-via-portos-cresce-8,3-via-arco-norte,-80.html. Acesso em: 27 out. 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **O atlas de conflitos na Amazônia**. São Paulo: Entremares, 2017. 104 p.

BECKER, Bertha K. Significância Contemporânea da Fronteira: uma interpretação geopolítica da Amazônia brasileira. In: AUBERTINI, Catherine (Org.) **Fronteiras**. Paris: UnB/ORSTOM, 1998. p. 60-89.

BERNARDES, Julia Adão. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Ângelo dos Santos (org.). **Espaços e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado matogrossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010. p. 15-28

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **BNDES financia com R\$ 75,9 mi nova rota hidroviária de transporte de grãos com R\$ 75,9 mi nova rota hidroviária de transporte de grãos**. Rio de Janeiro: 19 dez. 2012. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20121220\\_hidroviario](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20121220_hidroviario). Acesso em: 27 out. 2020.

CAMELINI, João Humberto. **Regiões competitivas do etanol e vulnerabilidade territorial do Brasil: o caso emblemático de Quirinópolis, GO**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTANHO, Igor. Preço da terra no Brasil subiu 300% em uma década. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/agricultura/preco-da-terra-no-brasil-subiu-300-em-uma-decada-ctccqwuf2wyvpofh93c2ghz7q/>. Acesso em: 08 de nov. 2020.

COMEX STAT. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **[Estatísticas de comércio exterior do Brasil]**. 2017. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 27 out. 2020.

CAMPOS, Ciro.; PINTO, Flávia.; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. **Diagnóstico: o lavrado de Roraima: importância biológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do bioma Amazônia**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Núcleo de Pesquisa de Roraima. Roraima: INPA, 2008.

CASTRO, Gustavo Spadotti Amaral.; ALVES, Luís Wagner Rodrigues. **Cerrado amapaense: estado da arte da produção de grãos**. Macapá: Embrapa Macapá, 2014.

CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**, [s. l.], v. 3, p. 33-43, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e Espaço. uma nota. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 53, v. 1, p. 137-145, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 54, v. 3, p. 115-121, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espacial. **Cidades**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 62-72, 2007.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal 2013-2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2017.

INTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 09 de nov de 2020.

LOMBA, Roni Mayer; SILVA, Júnior Gomes da. Os conflitos pela terra no Amapá: uma análise sobre a violência institucionalizada no campo. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 2, n. 2, p. 185-204, 2014.

McMICHAEL, P. **Regimes Agroalimentares e questão agrária**. Coleção Estudos camponeses e mudança agrária. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

MARTINS, Dyepeson. Empresa diz que ganhou licença para retomar exploração mineral no AP. **Portal de Notícias G1-AP**, 24 nov. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2014/11/empresa-diz-que-ganhou-licenca-para-retomar-exploracao-mineral-no-ap.html>. Acesso em: 12 jan. 2017.

RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. As grandes corporações e a dinâmica sócio-espacial- a ação da Petrobrás em Macaé. **Revista brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 53, v. 4, out./dez., p.115-152, 1991.

RICHARDSON, Roberto Jarry. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: RICHARDSON, Roberto. Jarry. *et al.* (org). **Pesquisa Social**. 3ª ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Atlas, 2012, p. 90-103.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 260p

SILVA, Carlos Alberto Franco da. Corporação e agronegócio da soja na Amazônia. **Revista ACTA Geográfica**, Ano II, n. 3, p. 29-40, jan./jun. 2008.

TAQUARI, Fernando. Cerrado do Amapá pode se tornar nova fronteira agrícola. **Amazônia**, São Paulo. 14 abr. 2014. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2014/04/cerrado-do-amap%C3%A1-pode-se-tornar-nova-fronteira-agr%C3%ADcola/comment-page-1/>. Acesso em: 12 abr. 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2001.

WEHRMANN, Magda Eva Soares de Faria. **As possibilidades da soja nos cerrados de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira agrícola**. 1999. 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de Brasília, Distrito Federal, 1999.

---

**Data de submissão:** 24.04.2018

**Data de aceite:** 19.08.2020

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.